

**ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O
TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**EFFORT TO UNDERSTAND THE PRODUCTION OF SOCIAL
SERVICE KNOWLEDGE ABOUT THE WORK OF SOCIAL
WORKERS IN BASIC EDUCATION**

Maiana Barbosa Maffini¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo conhecer a produção do conhecimento do Serviço Social sobre o tema do trabalho de assistentes sociais na educação básica em escolas. Buscou-se identificar quais aspectos têm sido privilegiados nos estudos publicados pelo Serviço Social sobre o tema do trabalho de assistentes sociais na educação básica. Através de um levantamento das publicações em periódicos virtuais nacionais brasileiros listados na página da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, sobre o tema do Serviço Social nas escolas da educação básica. Com a promulgação da Lei nº 13.935 de 2019, que prevê os serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, e com isso, a iminência na contratação desses profissionais para atuar na, ou sobre às escolas, faz com que este tema seja bastante atual e relevante. Esta pesquisa será de cunho bibliográfico e documental.

Palavras-chave: Educação Básica; Lei 13.935/2019; Serviço Social.

¹Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Assistente Social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: maianamaffini@hotmail.com

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

ABSTRACT

This article aims to understand the production of knowledge in Social Work on the topic of social workers' work in basic education in schools. We sought to identify which aspects have been privileged in studies published by Social Services on the topic of the work of social workers in basic education. Through a survey of publications in Brazilian national virtual journals listed on the page of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Service – ABEPSS, on the topic of Social Work in basic education schools. With the promulgation of Law nº. 13,935 of 2019, which provides for psychology and social service services in public basic education networks, and with this, the imminent hiring of these professionals to work in or on schools, makes this topic is very current and relevant. This research will be bibliographic and documentary in nature.

Keywords: Basic Education; Law nº13.935/2019; Social Service.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo realizar um levantamento das publicações em periódicos virtuais nacionais brasileiros sobre o trabalho do assistente social na educação básica, com ênfase em escolas. Assim como, pretende-se tecer considerações sobre as publicações no sentido de identificar quais aspectos têm sido privilegiados nos estudos realizados pelo Serviço Social sobre este tema. Como resultado da análise do material encontrado foi possível observar que existem, ainda, poucas publicações sobre o exercício profissional do assistente social nas escolas da educação básica.

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Primeiro, importa relatar que o interesse pelo tema se deu a partir do nosso ingresso como assistente social em um Colégio de Aplicação da Rede Federal de ensino, no ano de 2018. E com isso, surgiu a constante necessidade de buscar capacitação continuada sobre o exercício profissional do/da assistente social no âmbito escolar, em virtude da multiplicidade e heterogeneidade das demandas presentes no cotidiano escolar atendidas pelo/a profissional assistente social. E para além do interesse pessoal, ocorreu em 11 de dezembro de 2019, a aprovação, em âmbito federal, da Lei nº 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. A referida lei previa que a contratação desses profissionais deveria ocorrer dentro de um ano após a publicação da lei, este prazo findou em dezembro de 2020, e neste contexto é notório que em breve, por imposição da lei, deverá ocorrer uma consistente ampliação de assistentes sociais atuando na esfera da educação básica².

Esta lei é fruto de intenso trabalho coletivo entre o Conselho Federal de Psicologia - CFP e o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, além das entidades parceiras³. Há quase 20 anos esta lei vinha tramitando nas casas legislativas, passou por diversas emendas, arquivamentos e desarquivamentos desde então. O primeiro projeto de lei iniciou-se ainda nos anos 2000 – PL 3688. Em 12 de setembro de 2019, foi aprovado tornando-se a Lei Nº 13.935. Entretanto, em 09 de outubro de 2019, ainda não se podia comemorar pela aprovação já que o projeto foi vetado pelo então presidente da república. Após intensa movimentação que contou com os esforços coletivos de todo o conjunto das entidades parceiras e das comissões de Psicologia da Educação dos CRPs, iniciou-se novamente uma articulação para a derrubada do veto presidencial, e assim, em 27 de novembro de 2019 o Veto nº 37/2019 foi rejeitado pelo

² No Brasil a educação básica está dividida nas seguintes modalidades: ensino infantil, ensino fundamental, e ensino médio.

³ As entidades constituídas pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS, em parceria com Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e pelo Sistema Conselhos de Psicologia, composto pelo Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia, em colaboração com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP e a Federação Nacional de Psicólogos - FENAPSI atuaram ativamente na aprovação da lei.

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Congresso Nacional. Desse modo, aprovada a Lei Nº 13.935 de 2019, todos os esforços concentram-se agora na tarefa de implementá-la. Trata-se de mais esforços coletivos de ambas as categorias profissionais para organizar tanto em âmbito nacional, quanto estadual e municipal a participação efetiva na implementação da referida lei à luz do projeto ético-político da profissão.

A metodologia escolhida será a pesquisa bibliográfica, que segundo Lakatos e Marconi (2021, p. 12), “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” e documental.

A coleta dos dados foi realizada através de consulta dos periódicos virtuais, listados no site da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS⁴, foram consultados no total 17 periódicos (revistas) virtuais, a saber: 1) Argumentum, 2) Em Pauta, 3) Katálysis, 4) Libertas, 5) O social em questão, 6) Oikos, 7) Praia Vermelha, 8) Revista Direito, Trabalho e Serviço Social, 9) Mutações, 10) Gênero, 11) Ser Social, 12) Serviço Social & Sociedade, 13) Serviço Social em Debate, 14) Serviço Social em Perspectiva, 15) Serviço Social em Revista, 16) Sociedade em debate e 17) Revista Temporalis. Neles foram encontrados 19 artigos através do uso das palavras-chave: serviço social educacional; educação básica; e lei nº 13.935. Optamos por selecionar apenas os artigos que fossem de autoria ou coautoria de assistentes sociais, ou que houvesse ao menos um assistente social na autoria. Em virtude disso, dos 19 artigos encontrados inicialmente, após filtragem da autoria/com autoria restaram 11 artigos, conforme tabela apresentada abaixo.

Tabela 1 - Publicações em periódicos/revistas listados na página da ABEPSS – Não utilizado recorte temporal. Selecionados autores ou coautores assistentes sociais.

Autor / Autora	Ano	Título	Revista/ Programa	Objetivo
----------------	-----	--------	----------------------	----------

⁴ Para acessar a lista na íntegra acesse: <https://www.abepss.org.br/demaisperiodicos-77>.

**ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO
SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

MENDES, Karoline Davantel Genaro; e MENITTO, Gerceley Paccola.	2014	Alfabetização de jovens e adultos: instrumento para a transformação social.	Revista Emancipação, vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa.	Evidenciar a alfabetização como instrumento de ampliação da autonomia de jovens e adultos; E a importância do Serviço Social nesta realidade.
LACERDA, Milena Carlos.	2017	Gênero e Sexualidade em Devir: desafios e possibilidades no cenário educacional.	Revista Emancipação, vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa.	Visibilizar as compreensões de gênero e sexualidade no âmbito educacional, a partir do olhar das profissionais da Coordenação de Assistência ao Estudante e ao Servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias.
LADEIRA, Mariana Rosa Alves; e SILVA, Hilda Maria Gonçalves.	2018	(Des) Caminhos do sistema brasileiro de cotas universitárias.	Revista Temporalis, vinculada à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.	Apresentar a trajetória que culminou no atual sistema de cotas brasileiro. Retomar a historicidade de ações afirmativas e ampliar o debate sobre os limites e possibilidades do acesso ao ensino superior público federal.
OLIVEIRA, Maria Julia Rodrigues.	2020	Serviço Social e evasão escolar: uma análise a partir do Colégio Estadual Bento Mossurunga do município de Ivaiporã-PR.	Serviço Social em Revista Perspectiva, vinculada ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros.	Analisar o quadro e mecanismos de enfrentamento em relação à evasão escolar do ensino médio, do município de Ivaiporã-PR, a partir do Colégio Estadual Bento Mossurunga.
NASCIMENTO, Sheine Santos; e BARRA, Geovana Reis Silva.	2020	O exercício profissional do assistente social no espaço educacional: uma contribuição para a afirmação do direito à educação no IFRN.	Serviço Social em Revista Perspectiva, vinculada ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros.	Analisar o exercício profissional do assistente social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

**ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO
SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; e MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro.	2020	Aproximações do serviço social com a política de educação: a contribuição das comissões de educação, e dos conselhos regionais de serviço social no Brasil.	Revista Temporalis, vinculada à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.	Discutir sobre as aproximações entre Serviço Social e a política de educação, com foco na atuação das entidades da categoria neste contexto.
MÓL, Saraa César; e OLIVEIRA Ana Luiza Avelar.	2021	Ampliação da jornada escolar e administração da “questão social”.	Revista Serviço Social em Debate, vinculada ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Minas Gerais – Unidade Carangola.	Debater sobre a ampliação da jornada escolar, compreendendo-a a partir da dinâmica do capital internacional e a partir da posição dependente do Brasil nesse contexto. Compreender a relação da ampliação da jornada escolar no Brasil.
NOVAIS, Liliane Capilé Charbel; e TATTO, Everson Rodrigo.	2022	Reformas no Brasil a partir de 2017 e as afrontas aos direitos humanos: notas sobre a reforma do ensino médio.	Revista Direitos, Trabalho e Política Social, vinculada aos Programas de Pós-graduação em Política Social e em Direito Ambiental da UFMT.	Analisar as reformas implementadas no Brasil a partir de 2017, em especial a reforma do Ensino Médio.
CAVALCANTE, Almira Almeida; ALBUQUERQUE, Magdeliny Lima de; e LACERDA, Irisneide Antonino de.	2022	O trabalho remoto como imperativo: possibilidades da prática profissional interdisciplinar na política de educação.	Revista Emancipação, vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa.	Pautar as possibilidades de efetivação da prática profissional interdisciplinar do Serviço Social e da Psicologia na educação básica a partir do ensino remoto .
SOUZA, Ranyellen de; e MACHADO, Aline Maria Batista.	2022	As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social.	Revista Ser Social, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília.	Identificar e analisar as expressões da “questão social” na atuação dos assistentes sociais em escolas públicas.

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

SÁ, Eliane dos Santos; e BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra.	2022	Educação pública e ruralidade: desafios para a sua efetivação frente às desigualdades educacionais.	Serviço Social em Perspectiva, vinculada ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros.	Analisar a política educacional no meio rural. Analisar os desafios históricos que marcam a gênese da educação do campo e que perpassam pelas lutas dos povos por direitos e justiça social.
---	------	--	--	--

Na tabela constam onze artigos que foram publicados entre os anos de 2014 a 2022, e nove deles foram publicados a partir do ano de 2019. O que demonstra um crescimento nas publicações relacionadas ao tema da educação nos últimos quatro anos. Destacamos ainda que dos onze artigos encontrados apenas um fez menção à Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas **redes públicas de educação básica**.

Em relação aos aspectos que foram privilegiados como temas nos artigos, de maneira mais ampla é possível distinguir os trabalhos por modalidades de ensino: Educação básica; Ensino Técnico e Superior; Ensino de Jovens e Adultos. Nesta classificação, dos 11 artigos encontrados, 8 estão relacionados a Educação Básica, e 2 Educação Superior e 1 CEJA⁵.

Nesse sentido, o CFESS (2013) destacou a importância de levar em conta os níveis e as modalidades de ensino em que estão inseridos os/as profissionais assistentes sociais no momento de pensar em ações profissionais, conforme se lê:

[...] as estratégias institucionais de garantia da permanência na educação escolarizada construídas no interior da política de educacional não se traduzem em programas e projetos comuns a todos os níveis e modalidades. Deste modo, se ela se constitui numa dimensão importante para se pensar a atuação profissional de assistentes sociais na Política de Educação, há de se [...] ter claro que as ações profissionais de caráter individual, coletivo e administrativo organizacional devem ser pensadas, levando-se em conta o fato de como elas ocorrem na educação superior, no ensino médio, na educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e na educação infantil, visto que os programas, as rotinas de acompanhamento e as articulações interinstitucionais, por exemplo, não são as mesmas. (CFESS, 2013, p. 43)

⁵ Instituição integrante da rede pública de educação brasileira, que atende estudantes a partir de 18 anos de idade.

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Desse modo, para uma atuação mais efetiva se faz necessário levar em consideração a idade dos estudantes e, os níveis de escolaridade, para compreender que estes aspectos são determinantes na elaboração dos programas e projetos que serão objeto de atuação dos/das assistentes sociais nas escolas.

Dos oito artigos que tratam do tema educação básica, apenas três, terão no exercício profissional do/da assistente social nas escolas seu foco de análise, o que corresponde a 27,27% dos artigos encontrados, um número ainda baixo em relação aos outros estudos encontrados com modalidades de ensino distintas. No que se refere à educação básica, dois dos três artigos são estudos realizados nos Institutos Federais de Educação, instituição esta, que não oferta ensino fundamental, o que compromete a análise quanto a educação básica como um todo pois não contempla a educação infantil.

Nas amostras encontradas tivemos 5 artigos que tratavam de temas diversos dentro da política de educação, entretanto, os assuntos tratados não estão relacionados ao exercício profissional do serviço social na educação básica, por este motivo não serão analisados individualmente neste trabalho. Um artigo não foi encontrado na integralidade, por este motivo não será analisado, trata-se do artigo “Serviço Social e evasão escolar: uma análise a partir do Colégio Estadual Bento Mossurunga do município de Ivaiporã-PR”. Os artigos “Educação pública e ruralidade: desafios para a sua efetivação frente às desigualdades educacionais” e “O trabalho remoto como imperativo: possibilidades da prática profissional interdisciplinar na política de educação” também não serão objeto de análise devido à especificidade de suas análises. Deste modo, restam apenas três artigos que possuem como tema central o exercício profissional do/da assistente social na educação básica, dos quais, realizaremos nossa análise a seguir.

2. DESENVOLVIMENTO

Artigo 1. “O exercício profissional do assistente social no espaço educacional: uma contribuição para a afirmação do direito à educação no IFRN”.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 32, 2023.

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nascimento e Barra (2020), irão realizar uma análise do exercício profissional do assistente social na assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Elas iniciam sua explanação argumentando que não há como analisar o trabalho do assistente social no âmbito das escolas de maneira isolada das questões relacionadas ao capitalismo e suas implicações, aduzem que as instituições escolares são profundamente influenciadas pelos efeitos das transformações ocorridas na sociedade. Nas escolas encontra-se várias expressões da “questão social”, por conseguinte, são estas as demandas de trabalho do/da assistente social nestes espaços.

Para as autoras, o trabalho do/da assistente social no âmbito escolar busca estratégias para a “garantia das condições necessárias ao acesso, à permanência e à conclusão dos cursos pelos estudantes” (NASCIMENTO e BARRA, 2020, p.316). Nesse sentido, a atuação profissional está relacionada, principalmente, com o enfrentamento das expressões da “questão social”, tais como: o suprimento de necessidades básicas de sobrevivência como alimentação, habitação, desemprego, transporte, além de outras questões relacionadas a violências, preconceitos e discriminações sofridas pelos estudantes e suas famílias.

Nessa perspectiva, Nascimento e Barra apontam que:

[...] tendo por base a compreensão da educação como direito e as problemáticas decorrentes da sociabilidade capitalista contemporânea, expressas e agudizadas no âmbito educacional, gerando reivindicações no contexto socioinstitucional em torno da afirmação desse direito, que o assistente social é chamado a intervir no âmbito da política de educação, para atuar na construção de estratégias que busquem o enfrentamento dessas problemáticas (2020, p. 316).

A atuação do/da assistente social está diretamente ligada a criar estratégias no cotidiano da escola, com os mais diversos atores, para enfrentar as expressões da questão social que afetam estudantes e suas famílias. No documento intitulado “Serviço Social na Educação”, o CFESS se manifestou sobre a importância do trabalho interdisciplinar nas escolas e alertou sobre a prerrogativa de:

[...] identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes agressivas, de risco, etc. Estas

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentro outros) (CFESS, 2001, p.12).

Além dos profissionais assistentes sociais atuando individualmente, identificar as expressões da questão social que impactam os estudantes e as famílias, é uma tarefa complexa, e terá maior efetividade quando ocorrerem de forma interdisciplinar. Deste modo, destacamos a importância do trabalho interdisciplinar realizado pelo serviço social em conjunto com os diversos atores presentes nas escolas, e, sobre isso, identificamos que essa questão foi pouco discutida nos estudos analisados.

Artigo 2. “As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social”.

As autoras Souza e Machado (2022), de imediato irão apresentar a Lei nº 13.935/19, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação. E vão fundamentar a importância em ampliar as discussões sobre a área da educação como espaço sócio ocupacional do Serviço Social, motivadas pela atualidade do tema, em virtude da aprovação da lei. Seus estudos irão incluir os níveis de educação infantil e ensino fundamental I e II (que vão do 1º ano até o 9º) e das modalidades em educação especial e de jovens e adultos.

Souza e Machado (2022), apresentarão os resultados de uma pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal da Paraíba, que teve como objetivo analisar e identificar as expressões da “questão social” na atuação dos/das assistentes sociais das escolas públicas na cidade de João Pessoa (PB). Para isso, as autoras realizaram entrevistas com 12 assistentes sociais de escolas públicas. Inicialmente, elas situam o debate em torno da “questão social”, a luz da gênese e desenvolvimento do sistema capitalista, perpassando desde seu surgimento até os dias atuais.

Em seguida, identificam e discutem as expressões da questão social no âmbito das escolas, apontando situações como: problemas de saúde, falta de estrutura, gravidez na

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

adolescência, fome, situação de rua e várias outras expressões da questão social que estão presentes no cotidiano das escolas, e que as entrevistadas “enquadram as situações mencionadas como falta de direitos, e isso inclui a própria educação, acometendo o espaço escolar, intensificando e justificando sua atuação nesse âmbito (SOUZA e MACHADO, 2022, p.474)”.

Nesse sentido, o trabalho do/da assistente social neste espaço se dá por intermediar o enfrentamento das expressões da questão social que impactam no ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes, segundo as autoras, o trabalho do serviço social nas escolas possui o “intuito de minimizar as desigualdades sociais e contribuir com o acesso e a permanência de crianças (2022, p. 476). A pesquisa de Souza e Machado (2022) sinaliza ainda, que a evasão escolar foi considerada como uma das principais expressões da questão social referida nas escolas, e que, portanto, o combate à evasão escolar pode ser entendido como uma das principais requisições sócio institucionais para as/os assistentes sociais no âmbito escolar.

Observamos que tanto as autoras Nascimento e Barra (2020), como na sequência, Souza e Machado (2022), identificam a atuação profissional do serviço social nas escolas relacionadas, principalmente, nas análises do enfrentamento e da identificação das expressões da questão social nesses espaços. Colocando estas requisições sócio institucionais como a maior demandante do exercício profissional dos/das assistentes sociais nas escolas, e nesse sentido, o exercício profissional centrado no combate à evasão e permanência dos estudantes na escola. Condizente a isso, Souza e Machado, apontam sobre a principal atividade do/da assistente social nas escolas:

[...] a evasão escolar é considerada como uma das principais expressões da “questão social” que circunda o universo da escola, demarcada por todas as entrevistadas pesquisadas, o que, por sua vez, possui várias implicações, que perpassam a maioria das refrações da “questão social”, desde o trabalho infantil à lógica do tráfico (2017, p. 477).

Embora historicamente a inserção dos/das assistentes sociais na política de educação tenha se dado majoritariamente respondendo as requisições institucionais para ampliar as condições de acesso e fomentar a permanência estudantil, ou seja, focada no combate à evasão escolar, o exercício profissional do/da assistente social nas escolas não se esgota

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

nessas ações. O CFESS (2013), no documento “Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação” já nos alertava quanto aos riscos de minimizarmos a atuação do serviço social no âmbito escolar somente a identificador/executor/solucionador das expressões da questão social, vejamos:

[...] as reflexões acima apontam, ao mesmo tempo, compromisso e desafio para a categoria dar materialidade às suas competências e atribuições profissionais nos diferentes espaços sócio ocupacionais, buscando concretizar direitos previstos nas políticas sociais, bem como lutar pela consolidação e ampliação destes direitos. Assim, poderemos não ser apenas identificados/as como “executores/ as terminais” das políticas públicas ou “solucionadores/as” das expressões da questão social, como em experiências de assistentes sociais na educação, particularmente nas escolas, com responsabilidade atribuída para “soluções” da evasão escolar, Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação 28 inúmeras expressões da violência, discriminações etc, muito embora estes fenômenos sejam objeto da atuação profissional cotidiana e que exigem a análise crítica das raízes que os conformam (CFESS, 2013, p.27).

Existe uma ampla gama de ações possíveis para o exercício profissional do serviço social nas escolas, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013) aponta seis dimensões, quais sejam: 1) abordagens individuais junto às famílias de estudantes e/ou trabalhadores(as) da educação; 2) intervenção coletiva junto aos movimentos sociais; 3) dimensão investigativa; 4) inserção nos espaços democráticos de controle social e fomento de estratégias de participação de estudantes, famílias, professores e demais trabalhadores(as) da educação nas conferências e nos conselhos da política de educação e de outras; 5) dimensão pedagógica-interpretativa e socializadora de informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais e de sua rede de serviços que caracteriza o trabalho de assistentes sociais; e 6) a dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços no âmbito da política de educação. Assim, cada uma dessas seis dimensões remete a uma infinidade de possibilidades para o exercício profissional nas escolas.

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Artigo 3. “Gênero e Sexualidade em Devir: desafios e possibilidades no cenário educacional”.

Lacerda (2016), realizou este estudo para dar visibilidade as compreensões de gênero e sexualidade no âmbito educacional, a partir da percepção das profissionais da Coordenação de Assistência ao Estudante e ao Servidor (CAES) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologias de Tocantins (IFTO), no ano de 2015.

A autora irá descrever o ambiente escolar como um lugar onde ocorrem violências homofóbicas, sexistas e raciais. Avaliará a escola como um espaço de disciplina e vigilância sobre a sexualidade e com tendência a omissão quanto aos casos relacionados a homofobia, sexismo e o próprio racismo, identificados na forma de *bullying*.

[...] o universo escolar tem se estruturado historicamente como espaço sustentado por preceitos, crenças e valores que maximizam a discriminação, invisibilização e preconceito a sujeitos/as “ininteligíveis” e legitimam as relações de poder e opressão entre os considerados “normais” e “anormais”, entendidos como “doentes, esquisitos, inferior, desqualificado, pervertido, contagioso” que contradizem o padrão universal de representação (Homem, Branco, Cristão, Heterossexual)” (LACERDA, 2016, p.243).

Trata-se de um ambiente disciplinador e que naturaliza a heteronormatividade, e que tais violências podem contribuir para a evasão escolar. Através da pesquisa no IFTO a autora chegou à conclusão que na escola pouco se tem conseguido trabalhar essa temática, e que existe muita preocupação das profissionais de que ao trabalhar este tema ele suscite o interesse pelas práticas sexuais.

Entretanto, a autora problematiza a escola como sendo um espaço educacional capaz de promover relações sociais menos desiguais e mais equânimes. “O que distingue a escola das demais instituições de gestão pública e privada é a possibilidade de problematizações, inquietudes e alterações de formas de pensar, a partir do arcabouço de informações e conhecimento” (LACERDA, 2016, p.245). Portanto, nestes espaços é fundamental a formulação de ações e projetos que contemplem o pluralismo e a diversidade e que promova a

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

ética e os direitos humanos. Apesar disso, Lacerda (2016) alertou que pouco estava acontecendo nesse sentido no Instituto Federal de Educação de Tocantins.

Por fim, ao analisarmos os artigos encontrados é possível afirmar que pouco foi explanado sobre ações práticas realizadas por assistentes sociais nas escolas, seja individualmente ou participando de equipes interdisciplinares para atuação socioeducativa com foco na promoção da saúde mental, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, masculinidades, diminuição dos preconceitos, abuso sexual, violências diversas, maus-tratos, *bullyng*, entre tantos outros temas relevantes que fazem parte da realidade do trabalho do serviço social nas escolas. Portanto, faz-se necessário ampliar pesquisas empíricas que apresentem trabalhos desenvolvidos dentro das escolas.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Buscamos realizar um levantamento das publicações nos periódicos virtuais nacionais brasileiros, listados no site da ABEPSS, sobre o tema serviço social nas escolas da educação básica, para identificar entre as publicações quais aspectos têm sido privilegiados nesses estudos. O recorte sobre a educação básica está intimamente ligado com a promulgação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de **educação básica**. Já que por imperativo da lei, em breve estados e municípios deverão contar com assistentes sociais nas escolas da educação básica ou em unidades para atender as escolas.

Ao selecionar o material para realizar este estudo tínhamos como objeto central o trabalho do serviço social na educação básica, com ênfase em escolas. Após a pesquisa inicial, localizamos onze artigos através da inserção das palavras-chave: serviço social educacional; educação básica; e lei nº 13.935/2019. Ao selecionar o material, identificamos apenas três artigos que abordavam a educação básica como tema central das discussões apresentadas. E, ainda assim, destes três, somente um trouxe estudos sobre o trabalho do serviço social com a educação infantil e com o ensino fundamental. Os dois artigos restantes, tratavam de estudos

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

realizados nos Institutos Federais de Educação, onde não há oferta de ensino para os anos iniciais e fundamental. Restando claro que faltam trabalhos que contemplem o tema do serviço social na educação básica como um todo, englobando, os três níveis de ensino que compõem a educação básica, a saber: ensino infantil, fundamental e médio, e que abarque trabalhos com crianças e adolescentes na faixa etária entre 4 a 18 anos de idade, abrangendo, portanto, **a educação básica**. Assim, ao analisar as publicações que tinham como tema o exercício profissional do serviço social na educação básica nas amostras encontradas, concluímos, em primeiro lugar, que existem poucas publicações sobre o exercício profissional do serviço social na educação básica no formato de artigos científicos e nas bases pesquisadas. A maioria das publicações encontradas dizem respeito a outros temas dentro da política de educação, e em outros níveis de educação, como por exemplo: educação superior, técnica, tecnológica, CEJA, etc. Nesse sentido, foi possível identificar que faltam estudos que analisem o exercício profissional do assistente social nas escolas da educação básica, principalmente, as escolas do ensino fundamental, que possuem estudantes na faixa etária entre 4 e 9 anos de idade.

Nas amostras que tinham a atuação do serviço social na educação básica inferimos que os/as assistentes sociais focaram seus estudos sobre identificar e analisar as expressões da questão social no âmbito escolar. E que a maioria dos estudos tem se dado em torno das ações de combate à evasão escolar, e a atuação direta na permanência estudantil, as maiores demandas pertinentes ao trabalho do assistente social nas escolas. Contudo, existem uma gama de possibilidades de atuação para os/as assistentes sociais nesses espaços.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei N.º 13.935 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Casa Civil, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei N.º 9.394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996.

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CAVALCANTE, A.; ALBUQUERQUE, M.; LACERDA, I. O trabalho remoto como imperativo: possibilidades da prática profissional interdisciplinar na política de educação (Remote work as an imperative: possibilities of interdisciplinary professional practice in education policy). **Emancipação**, Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/18198>. Acesso em: 11 set. 2022.

CFESS. Serviço Social na Educação. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%282001%29.pdf CFESS, 2001. Acesso em: 27 set. 2023.

CFESS. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. CFESS, 2013. Disponível em: https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anexo-4-subsidios_assistentes_sociais_na_educacao.pdf Acesso em: 15 jul. 2022.

FÉRRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. Aproximações do serviço social com a política de educação: a contribuição das comissões de educação dos conselhos regionais de serviço social no Brasil. **Temporalis**, [S. l.], v. 20, n. 39, p. 209–224, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24114>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LACERDA, M. C. Gênero e Sexualidade em Devir: desafios e possibilidades no cenário. **Emancipação**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 235–254, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/8919>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LADEIRA, M. R.; SILVA, H. M. G. (Des)caminhos do sistema brasileiro de cotas universitárias. **Temporalis**, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 220–243, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/19698>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. 9º Ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MENDES, K.; MINETTO, G. P. Alfabetização de jovens e adultos: instrumento para a transformação social, **Emancipação**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 203–224, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/4046>. Acesso em: 04 set. 2022.

NASCIMENTO, S. dos S.; BARRA, G. R. S. O exercício profissional do assistente social no espaço educacional: uma contribuição para a afirmação do direito à educação no IFRN. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 314–330, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/372>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

NOVAIS, L. C.; TATTO, E. R. Reformas no Brasil a partir de 2017 e as afrontas aos direitos humanos: notas sobre a reforma do ensino médio. **REVISTA DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 147-171, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/13161>. Acesso em: 02 set. 2022.

OLIVEIRA, M. J. R. Serviço Social e Evasão Escolar: uma análise a partir do Colégio Estadual Bento Mossurunga do município de Ivaiporã-PR. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 439-440, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/380>. Acesso em: 02 set. 2022.

SÁ, E. dos S.; BRANDÃO, V. B. G. Educação pública e ruralidade: desafios para a sua efetivação frente às desigualdades educacionais. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 6, n. Especial, p. 479-490, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/5618>. Acesso em: 08 ago. 2022.

SOUZA, R.; MACHADO, M.. As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social. **SER Social**, [S. l.], v. 24, n. 51, p. 464-489, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/37630. Acesso em: 30 ago. 2022.

**ESFORÇO PARA CONHECER A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO
SERVIÇO SOCIAL SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**